

CIP – CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de
2021 acompanhada do Relatório dos Auditores
Independentes

CIP – CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos Auditores Independentes (RAI) sobre as demonstrações contábeis...	3
Balancos patrimoniais	6 e 7
Demonstrações do <i>superávit (déficit)</i>	8
Demonstrações das mutações do patrimônio social	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros da
CIP – Congregação Israelita Paulista
São Paulo / SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CIP – Congregação Israelita Paulista (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do *superávit*, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e normas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Reconhecimento de receita com contribuições e doações de terceiros

A Entidade obteve parte substancial de suas receitas por meio de contribuições e doações de terceiros que somente podem ser identificadas quando dos seus efetivos registros contábeis. Nossos exames nesta área abrangem exclusivamente o confronto entre os valores contabilizados com os respectivos depósitos bancários ou boletins de caixa.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e normas aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Pemom Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC SP-030.181/O-6

Marco Antonio M. Alves

Marco Antonio Miranda Alves
Contador CRC 1SP-223.797/O-7



Marcelo Fernando Câmara
Contador CRC 1SP-301.553/O-8

CIP - CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Balancos patrimoniais encerrados
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ATIVO

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	827	1.022
Caixa e equivalentes de caixa - restrito	5	3.321	3.446
Títulos e valores mobiliários	6	36.200	30.377
Contribuições a receber	-	598	552
Créditos diversos	-	151	116
Total do ativo circulante		41.097	35.513
Não circulante			
Investimentos	8	3.698	5.033
Imobilizado líquido	7	13.270	13.756
Intangível líquido	-	38	38
Total do ativo não circulante		17.006	18.827
Total do Ativo		58.103	54.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CIP - CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Balancos patrimoniais encerrados
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

Passivo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	-	283	128
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9	739	920
Projetos a realizar	20	3.321	3.446
Total do passivo circulante		4.343	4.494
Não circulante			
Caução	-	42	42
Total do passivo não circulante		42	42
Patrimônio social	12	53.718	49.804
		53.718	49.804
Total do passivo e do patrimônio social		58.103	54.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CIP - CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Demonstrações do resultado para os exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	13	18.850	15.110
Trabalho voluntário	21	50	45
(-) Custos com assistência social	14	(5.348)	(4.308)
(-) Outras assistências sociais	15	(584)	(1.527)
(=) Total dos custos		(5.932)	(5.835)
Superávit bruto		12.968	9.320
(-) Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(10.028)	(8.589)
Trabalho voluntário	21	(50)	(45)
		(10.078)	(8.634)
(-) Resultado financeiro líquido	17	1.024	241
(=) Superávit do exercício		3.914	927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CIP - CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Demonstrações das mutações do patrimônio social para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>Reservas patrimoniais</u>	<u>Realização da reserva de reavaliação</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado	46.345	2.532	48.877
Realização da reserva de reavaliação	277	(277)	-
<i>Superávit</i> do exercício	927	-	927
Saldo em 31 de dezembro de 2020	47.549	2.255	49.804
Realização da reserva de reavaliação	277	(277)	-
<i>Superávit</i> do exercício	3.914		3.914
Saldo em 31 de dezembro de 2021	51.740	1.978	53.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CIP - CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Das atividades operacionais			
Superávit do exercício		3.914	927
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciações	6	585	557
		4.499	1.484
Decréscimo/(acrécimo) em ativos			
Caixa e equivalentes de caixa - restrito		125	(1.375)
Títulos e valores mobiliários	-	(5.823)	(2.463)
Contribuições a receber	-	(46)	424
Créditos diversos	-	(35)	154
(Decréscimo)/acrécimo em passivos			
Fornecedores	-	155	(411)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	(181)	31
Outras contas a pagar	-	-	1.375
Projetos a realizar	-	(125)	-
Caixa líquido aplicado/gerado nas atividades operacionais		(1.431)	(781)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos	-	1.335	1.038
Acrécimo de imobilizado/intangível	6	(99)	(9)
Caixa líquido aplicado/gerado nas atividades de investimento		1.236	1.029
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		(195)	248
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	1.022	774
No final do exercício	4	827	1.022
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		(195)	248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CIP – CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional

A CIP - Congregação Israelita Paulista (“Entidade” ou “CIP”) constituída em novembro de 1936 com sede administrativa na Rua Antônio Carlos, nº 653, São Paulo/SP é uma Entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade:

- Organizar e realizar serviços de assistência social inclusive o Lar das Crianças;
- Congregar seus associados para a realização dos serviços religiosos de culto judaico;
- Promover atividades religiosas, culturais, cívicas, sociais e educacionais sem quaisquer fins políticos ou lucrativos.

Em 07/12/2021 foi deferido o pedido de renovação do certificado de Entidade beneficente de assistência social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sob o protocolo de nº 71.000.055608/2020-71 com validade para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023.

Pandemia COVID-19

Desde o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o mundo passa por um surto da doença denominada COVID-19 (corona vírus) classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) afetando significativamente a continuidade de diversas empresas de diferentes setores.

A Entidade CIP – Congregação Israelita Paulista atendeu às normas de segurança impostas pelos órgãos governamentais e de saúde e adotou todas as medidas e estratégias necessárias de maneira a evitar possíveis contaminações e/ou a propagação do corona vírus.

Cabe mencionar que a Entidade permanece atenta ao COVID-19 e a sua repercussão em um cenário global, bem como às medidas eventualmente adotadas pelas autoridades governamentais.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) levando em consideração a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

3. Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Moeda funcional

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$) que é a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

3.2. Apuração das receitas e despesas

As receitas, donativos, contribuições, subvenções, patrimoniais e atividades especiais são registradas conforme determina a ITG 2002 (Entidade sem fins de lucro) mediante documento hábil quando da efetiva entrada dos recursos em função da impossibilidade de previsão dos valores e datas de recebimento.

Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

3.3. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de Ajuste a Valor Presente (AVP), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões inclusive para contingências.

A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.5. Títulos e valores mobiliários

Aplicações financeiras vinculadas à linha de financiamentos com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado.

Essas aplicações são classificadas na categoria: “ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

3.6. Despesas antecipadas

Representam pagamentos antecipados de seguros e outras despesas cujos benefícios ou prestação de serviços à Entidade ocorrerão durante o exercício seguinte.

3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.8. Imobilizado líquido

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

3.9. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “*impairment*”)

A Administração compreende sobre a necessidade de revisão anual do valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2021.

3.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.11. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Representam os valores a pagar a funcionários decorrentes de benefícios, provisões de férias já incorridas e os encargos incidentes sobre estas provisões.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

Por ser uma entidade sem fins lucrativos a Entidade está isenta do pagamento do imposto de renda e contribuição social conforme estabelece a alínea c, do inciso VI, do parágrafo 150 da Constituição Federal.

3.13. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Entidade não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

3.14. Provisões para demandas judiciais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação para probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponível, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.15. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais.

Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de Valor Justo por meio do Resultado (VJR) em que estes custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em:

- (i) Ativo e passivo financeiro mensurado ao Valor Justo por meio de Resultado (VJR);
- (ii) Mantido até o vencimento;
- (iii) Empréstimos e recebíveis;
- (iv) Disponível para venda.

CIP – CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais – R\$)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	2	3
Banco conta movimento		
Banco Itaú	407	354
Banco Safra	181	442
Aplicação financeira		
Banco Bradesco	237	223
	827	1.022

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com vencimentos de curto prazo e de liquidez imediata remunerados a taxas de aproximadamente 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Caixa equivalente de caixa – restrito

	31/12/2021	31/12/2020
Banco conta movimento	3.016	2.566
Aplicação financeira - Fundos Especiais (a)	305	880
Itaú Super DI 70184-5	-	7
Banco do Brasil - AG 6998 / CC 8451-4	30	28
Banco do Brasil – AG 6998 / CC 9018-2	125	230
Banco do Brasil – AG 6998 / CC 8591-X	-	148
Banco do Brasil – AG 6998 / CC 9261-4	150	467
	3.321	3.446

(a) Os fundos especiais são destinados a projetos específicos (FUMCAD - Inovação e Tecnologia e Prevenção, Lei Rouanet e Condeca) sendo os gastos aprovados pelo gestor conforme deliberado em assembleia.

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com vencimentos de curto prazo e de liquidez imediata remunerados a taxas de aproximadamente 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Títulos e valores mobiliários

Conforme normativa estatutária as respectivas aplicações financeiras fazem parte do Fundo Patrimonial CIP-Endowment.

	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú	6.108	6.423
Banco Safra	27.804	21.365
Brasil Capital	1.151	1.217
Bogari Value	1.137	1.372
	36.200	30.377

CIP – CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais – R\$)

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e estão atualizados pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das informações anuais não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

As remunerações das aplicações financeiras rendem juros de aproximadamente 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Imobilizado líquido

	% - Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
				31/12/2021	31/12/2020
Terrenos	-	10.473	-	10.473	10.473
Edificações	4	14.144	(12.176)	1.968	2.534
Móveis e utensílios	10	1.155	(1.126)	28	-
Equipamentos de informática	20	567	(508)	60	48
Máquinas e equipamentos	10	214	(211)	3	-
Veículos	20	175	(175)	-	-
Instalações	10	59	(22)	37	-
Biblioteca	-	701	-	701	701
Obras em andamento	-	-	-	-	-
		27.488	(14.218)	13.270	13.756

7.1. Movimentação do imobilizado

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	13.756	14.304
(+) Adições	99	9
(-) Depreciação do exercício	(585)	(557)
Saldo final	13.270	13.756

A Administração da Entidade não identificou indicadores de perda de substância econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

7.2. Reavaliação

O imobilizado foi reavaliado em 1994 e 2004 mediante laudos de avaliações e listagem própria de imóveis, móveis, utensílios e veículos.

A contrapartida desta reavaliação foi reconhecida como reserva de reavaliação no patrimônio líquido da Entidade no valor de R\$ 3.640.

A reavaliação foi efetuada por peritos independentes e teve como parâmetro o valor de mercado ou a reposição dos ativos propiciando a contabilização de uma reserva de reavaliação.

A Entidade como facultado pela Lei nº 11.638/07 optou por manter a sua reavaliação.

CIP – CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais – R\$)

8. Investimentos

Conforme normativa estatutária os investimentos fazem parte do Fundo Patrimonial CIP-Endowment.

	31/12/2021	31/12/2020
Ações – Banco Itaú (a)	3.698	4.744
Outros investimentos	-	289
	3.698	5.033

(a) Refere-se a 150.000 (cento e cinquenta mil ações) do Banco Itaú com valor unitário valorizadas em 31 de dezembro de 2020 a R\$ 31,63 e em 31 de dezembro de 2021 a R\$ 24,66.

8.1. Movimentação das ações Banco Itaú

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	4.744	5.562
(+/-) Atualização monetária	(1.046)	(818)
Saldo final	3.698	4.744

9. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias e encargos	499	681
Contribuições sociais e encargos a pagar	240	239
	739	920

10. Tributos e contribuições previdências e sociais

10.1. Isenções previdenciárias usufruídas

Em atendimento à Lei nº 12.101/2009, artigo 29, inciso IV combinado com a Resolução CFC nº 1.409/2012, item 27, “c”, é demonstrado a seguir o valor relativo às isenções de contribuições para a seguridade social como se devido fosse:

	31/12/2021	31/12/2020
Isenções	1.606	1.568

10.1.1. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras

Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda fixa estão sendo recebidos pela entidade sem a retenção de IRRF de acordo com o artigo 12, parágrafo 2º, letras “d”, “e”, “g” e “h” e parágrafo 3º da Lei nº 9.532/97.

10.1.2. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras

Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo na maioria das vezes recebidos pela entidade sem a retenção do imposto na fonte por força da imunidade da entidade aos impostos incidentes sobre a sua renda assegurada pelo artigo 150, inciso VI, alínea “c” da Constituição Federal.

10.1.3. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos goza do benefício da imunidade aos impostos incidentes sobre a sua renda.

Ainda, na medida em que é uma Entidade sem fins lucrativos não pratica o fato gerador da CSLL, pois não apura lucro em suas atividades.

De todo modo a Entidade é imune às contribuições para a seguridade social com base no artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal.

10.1.4. Programa para Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001, artigo 13, inciso III.

10.1.5. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser uma Entidade beneficente de assistência social portadora do CEBAS, goza do benefício da imunidade, dita isenção pelo legislador constituinte às contribuições para a seguridade social.

11. Provisão para demandas judiciais

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, em análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas não identificou a necessidade de constituir provisão para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

11.1. Riscos não provisionados

Existem outros processos de natureza cível e trabalhista em andamento que totalizam MR\$ 1.166 (MR\$ 1.285 em 2020) baseado na opinião dos assessores jurídicos da Entidade foram classificados como possíveis e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Entidade não foram registradas provisões para demandas judiciais.

CIP – CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais – R\$)

11.2. Legislação vigente

De acordo com a legislação vigente os livros fiscais e as transações da Entidade estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais retroativamente por períodos variáveis com referência aos tributos federais, estaduais e contribuições trabalhistas.

12. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela doação inicial reduzido/acrescido dos *déficits/superávits* acumulados desde a fundação da Entidade.

Conforme estatuto social a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos não podendo como consequência distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de participação no seu *superávit*.

13. Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Donativos		
Doações recebidas de terceiros	9.569	10.023
Contribuições associativas		
Contribuições mensais dos associados contribuintes da Entidade	3.233	2.741
Subvenções		
Verbas recebidas de órgãos públicos conforme convênio estabelecido com a Entidade	994	781
Outras receitas	5.054	1.565
	18.850	15.110

13.1. Resultado da venda Coleção de Moedas “Coleção Sabará”

No ano de 2021 ocorreu a venda do saldo final da “Coleção de Moedas Sabará” sendo a apuração do resultado efetuada pelo custo médio ponderado e registrado no DRE em outras receitas no valor de R\$ 3.374.

14. Custo com assistência social

A Entidade presta seus serviços de forma integralmente gratuita.

Considerando suas atividades exclusivas na área de assistência social não há que se falar em segregação de receitas e despesas por área de atuação.

CIP – CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais – R\$)

Todas as despesas estão vinculadas à sua atuação assistencial:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(4.126)	(2.533)
Despesas administrativas	(152)	(1.143)
Serviços de terceiros	(824)	(360)
Despesas financeiras e tributárias	(246)	(272)
	(5.348)	(4.308)

Os atendimentos são realizados gratuitamente às crianças e jovens carentes. Os atendimentos seguem o fluxo de triagem e integração nos programas e serviços e contam com uma equipe de profissionais de diversas áreas de formação e especializados na prestação de serviços destinados ao público atendido.

Foram prestados aproximadamente 10.200 atendimentos e gratuidades em 31 de dezembro de 2021 (10.050 em 2020).

14.1. Descrição dos projetos

14.1.1. Lar das crianças

Representado por gastos efetuados no Lar das Crianças que tem como objetivo estimular e aprimorar o processo socioeducativo das crianças e jovens atendidos, assim como orientar suas famílias para que se tornem todos cidadãos produtivos e integrados à Sociedade.

14.1.2. Serviços sociais

Representado por gastos incorridos no Programa Ação Social que tem como foco a atuação nas questões de empregabilidade, terceira idade e assistência social.

14.1.3. Juventude

Representado por gastos efetuados junto ao departamento de juventude da CIP que tem como objetivo formar uma nova geração de líderes para educar outros jovens e crianças, a fim de garantir a continuidade dos valores judaicos da Congregação.

A formação de líderes envolve cursos de capacitação, *workshops*, programas vivenciais, seminários temáticos, além do trabalho de profissionais e institutos qualificados.

Atualmente estes jovens são corresponsáveis pela educação de aproximadamente 481 crianças.

15. Outras assistências sociais

A Entidade presta seus serviços de forma integralmente gratuita.

CIP – CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais – R\$)

Os gastos classificados como outras assistências sociais são oriundos de outras atividades ligadas a serviços religiosos de culto judaico, cívicas, sociais e culturais.

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços técnicos PJ	-	(1.182)
Serviços de terceiros	(4)	(266)
Serviços e Materiais gráficos	(48)	-
Materiais de manutenção	(47)	(4)
Contribuições assistenciais	-	(42)
Despesas com alimentação	(360)	(5)
Outras assistências sociais	(125)	(28)
	(584)	(1.527)

16. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(4.280)	(4.694)
Despesas com estabelecimento	(704)	(592)
Despesas com serviços de terceiros	(4.175)	(2.522)
Despesas com depreciação e amortização	(585)	(557)
Outras despesas	(284)	(224)
	(10.028)	(8.589)

17. Resultado financeiro líquido

Despesas financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Despesas bancárias	(248)	(186)
Juros passíveis	-	(1)
Atualização monetária das ações	(2.807)	(818)
	(3.055)	(1.005)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	38	1.246
Atualização monetária das ações	4.041	-
	4.079	1.246
Resultado financeiro líquido	1.024	241

18. Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficiente para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade.

CIP – CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais – R\$)

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

19. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se as aplicações financeiras, investimentos e fornecedores em condições normais de mercado.

A Administração destes riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas e as vigentes no mercado.

A Entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Os instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais e são representados por aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos e financiamentos cujos valores estimados de mercado são substancialmente similares aos seus respectivos valores contábeis.

20. Projeto a realizar

A Entidade realizou diversos projetos com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (Condeca/SP), Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) e Lei Rouanet, os quais receberam um aporte total de MR\$ 9.723 tendo a seguinte movimentação financeira por projeto em 31 de dezembro de 2021:

CIP – CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	Projeto 1 (I)	Projeto 2 (ii)	Projeto 3 (iii)	Projeto 4 (iv)	Projeto 6 (vi)	Projeto 5 (v)	Total
Aporte Financeiro CIP	-	-	-	-	-	-	-
Recebimento em 2016	-	-	-	-	-	-	518
Recebimento em 2017	-	-	-	-	-	-	523
Recebimento em 2018	-	-	-	-	-	-	1.094
Recebimento em 2019	34	222	450	460	299	-	3.241
Recebimento em 2020	287	1	1.291	329	470	-	2.471
Recebimento em 2021	71	1	774	459	130	441	1.876
(+) Total de recebimentos	392	224	2515	1248	899	441	9.724
Total de pagamentos com projeto	-327	-195	-612	-490	-774	-	-6.218
Total de recursos devolvidos/Transferidos	-	-	-	-	-	-	-185
(-) Total de pagamentos e prestação de contas	-327	-195	-	-	-774	-	-5.301
	65	29	1.903	758	125	441	3.321
	Projeto 1	Projeto 2	Projeto 3	Projeto 4	Projeto 5	Projeto 6	Total
(=) Recurso a ser utilizado (caixa restrito) – Bco do Brasil, Ag 6998-9017-4, 6998-90182	-	-	-	-	125	-	125
(=) Recurso a ser utilizado (caixa restrito) - Bco do Brasil, Ag 6998 e C/C 8591-X.	-	-	-	-	-	-	-
(=) Recurso a ser utilizado (caixa restrito) - Bco Itaú,70184-5 e Banco do Brasil 6998-14818-0	65	-	-	-	-	-	65
(=) Recurso a ser utilizado (caixa restrito) – Bco do Brasil, Ag 6998 C/C 8451-4.	-	29	-	-	-	-	29
(=) Recurso a ser utilizado (caixa restrito) – Bco do Brasil, Ag 9259-2 e C/C 9260-6.	-	-	1.903	-	-	-	1.903
(=) Recurso a ser utilizado (caixa restrito) – Bco do Brasil, Ag 6998 e C/C 9261-4 e Banco do Brasil Ag. 9263-0	-	-	-	758	-	-	758
(=) Recurso a ser utilizado (caixa restrito) – Bco do Brasil, Ag 6998 e C/C 10610-0.	-	-	-	-	-	441	441
	65	29	1.903	758	125	441	3.321

Projeto 1 - Projeto Conhecer, Conviver e Ser. Encerrado (em fase de prestação de contas) (v);

Projeto 2 - Projeto Condeca Descobrir 999. Encerrado (em fase prestação de contas) (vi);

Projeto 3, - Projeto Pronac 193828 – Concertos Internacionais. Prorrogado. Previsão de conclusão out/2022 (vii);

Projeto 4 - Projeto Pronac 193873 – Diálogo III – Prorrogado. Previsão de conclusão out/2022 (viii);

Projeto 5 - Projeto Pronac nº 191061 - Lei Rouanet - Mostras Culturais – Tocar com Arte. Encerrado (em fase de prestação de contas) (IX);

Projeto 6 – Projeto Pronac nº 211895 – Rouanet – Tocar o Lar. Previsão de conclusão jun/2023 (X).

CIP – CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

21. Trabalho voluntário

	31/12/2021	31/12/2020
Diretoria executiva	45	42
Conselho deliberativo	2	1
Conselho fiscal	3	2
	50	45

Os valores a título de trabalho voluntário são registrados no resultado do exercício pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido desembolso financeiro.

22. Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação para conclusão da preparação dessas demonstrações contábeis ocorreu em 28 de março de 2022.